

# Berredo vê golpe eleitoral em críticas ao Plano Comunitário

AJ19380

“Golpe eleitoral”. Esta foi a definição que o prefeito de Vitória, Berredo de Menezes, deu ontem à polémica em torno do Plano Comunitário de Melhoramentos. Para ele, os ex-prefeitos Crisógono Teixeira da Cruz e Setembrino Pelissari, em seu entender já candidatos declarados à prefeitura, estão tentando desmoralizar o que considera “fadado a ser um grande sucesso administrativo para o governo do PMDB”.

Berredo diz “compreender perfeitamente” o posicionamento de Crisógono, Setembrino e José Esmeraldo — vereador do PDS que pedirá uma comissão de inquérito para avaliar o plano: “Tratar-se”, alegou, “de pura e mesquinha estratégia política, objetivando inviabilizar um projeto que está surtindo os maiores efeitos em outras cidades brasileiras, como, por exemplo, São Paulo, onde mais de Cr\$ 600 milhões são investidos mensalmente pela população em trabalho idêntico de pavimentação de ruas”.

## CONFISSÃO

Ele continuou o prefeito: “Se o município não dispõe de verbas orçamentárias suficientes para a pavimentação das ruas da capital — o orçamento de 1984 conta com apenas Cr\$ 100 milhões para toda a cidade —, a única solução digna é ter a coragem de confessar o fato e convocar a população de melhor renda, que possa investir na valorização de seu próprio imóvel, a participar com recursos próprios e apoio de fiscalização da municipalidade, sob pena de ficar aguardando por muito tempo ainda, até que tenhamos verbas para tanto”.

“Quando elegemos Jardim da Penha e Jardim Camburi, para execução do Plano Comunitário de Melhoramentos”, explicou Berredo, “foi exatamente porque aqueles dois bairros contam com uma população que possui renda familiar compatível com a implantação do projeto e vinha



## Berredo acha que a comissão é legal

sofrendo, há anos, nos governos do PDS sem ter suas ruas pavimentadas”.

No entender de Berredo de Menezes, a prefeitura não obriga ninguém a aceitar o Plano Comunitário: “Os moradores de uma rua ou avenida que não desejarem participar, evidentemente que não serão obrigados a fazê-lo, ficando, todavia, aguardando oportunidade da prefeitura realizar a obra, com recursos próprios”. Mas alertou: “Deus sabe quando e, ainda, assim, se a prefeitura entender necessário, com a obrigação de pagar o serviço a título de contribuição de melhoria”.

“Tanto Crisógono, quanto Setembrino — este, jurista — sabem que a Prefeitura de Vitória não dispõe de recursos para a pavimentação de tantas ruas ainda à espera de calçamento, e, mesmo que dispusesse, ela poderia obrigar, legalmente, se assim o quisesse, ao pagamento das melhorias

pelos moradores-proprietários dos imóveis beneficiados”.

## PATERNALISMO

O povo alemão também serve de exemplo para Berredo, recém-chegado da Alemanha, onde participou de um seminário de estudos municipalistas a convite do Senado de Berlim: “O poder público não pode mais assumir a responsabilidade de fazer tudo de graça, sobretudo quando não tem recursos suficientes. Na Alemanha, toda a atividade do poder público é lucrativa e quem paga são os contribuintes. É preciso que a população se conscientize de que o fim do paternalismo está próximo e apenas as camadas carentes, impossibilitadas de arcarem com as melhorias dos seus bairros, terão amparo da municipalidade, sem ônus”.

Sobre as declarações do vereador José Esmeraldo, que suspeita de negociações no Plano Comunitário para fa-

vorecimento da firma Denab Consultoria de Projetos — paulista, encarregada de administrar o projeto —, Berredo salientou: “Lamento a acusação, que classifico de infame. O vereador José Esmeraldo deve esclarecer como, quando era secretário de Obras, tendo recebido um empréstimo de apenas 104.000 UPC, do BNH, para a execução do Promorar/São Pedro, acabou aprovando a contratação dessa obra por mais de 200.000 UPC, isto é, o dobro do orçado”.

E prosseguiu: “Não estou na prefeitura para jogar pedras em ninguém, mas o vereador José Esmeraldo, quando secretário de Obras da PMV, em 1982, também contratou a execução do asfaltamento do trecho da reta da Penha que vai do Praia Tênis Clube à Superintendência de Polícia — com menos de 600 metros, já calçados com paralelepípedos — por Cr\$ 118 milhões, enquanto nós, em dezembro de 1983, por um trecho maior que fica entre Jardim Camburi e Bairro de Fátima, pagamos menos de Cr\$ 40 milhões. De que lado estão as negociações?”

## “GOLPE”

O prefeito acha que a questão é puramente política: “O Plano Comunitário, fadado a ser um grande sucesso administrativo para o governo do PMDB, estava incomodando os candidatos do PDS — Crisógono e Setembrino —, já em aberta campanha na disputa da volta à Prefeitura de Vitória. Todavia, eles poderiam escolher um caminho mais decente, sem prejudicar a população, pois se o plano fracassar, devido ao golpe eleitoral que vêm armando, vou para as praças públicas, sobretudo em Jardim Camburi e Jardim da Penha, denunciar os nomes daqueles que impediram o calçamento das ruas com a participação do povo”.



Célio: sem benefício, ganhou multas



Rosely também discorda da taxa a ser paga com o plano

## Moradores acham cobrança injusta

Moradores de Jardim da Penha e Jardim Camburi rejeitaram totalmente ontem o Plano Comunitário de Melhoramentos, alegando não ser justo pagar por um serviço que é de competência da Prefeitura de Vitória, já que pagam impostos. Alguns reclamaram inclusive do fato de o calçamento ter sido iniciado em suas ruas, mas não ser concluído. E quem mora em frente ao trecho sem pavimentação terá que pagar pelos serviços que serão feitos, enquanto quem foi beneficiado ficará isento da taxa.

É o caso, por exemplo, de Célio Furtado, residente na rua Amélia Nasser, em Jardim da Penha, que foi parcialmente calçada, “até em frente à casa de um deputado”. A PMV chegou até a colocar os paralelepípedos perto da sua residência, mas não terminou as obras. Depois, chegou um fiscal da prefeitura querendo multá-lo, porque deixou o material no meio da rua. Só que, segundo ele, quem tem de pagar a multa é a PMV. Agora, se quiser a rua pavimentada terá de pagar Cr\$ 1,2 milhão.

Todos os moradores entrevistados foram unânimes em afirmar que são contra o Plano Comunitário de Melhoramentos. Alguns até admitem participar do plano, desde que os custos sejam mínimos, e outros acham que, dependendo do preço, sairá mais barato o próprio morador se encarregar de realizar os serviços.

O comerciante José Possante de Almeida, por exemplo, se tiver que entrar no Plano de Melhoramentos terá que pagar duas ruas, pois seu estabelecimento fica na esquina das ruas Musso Alves e Bárbara de Oliveira, em Jardim Camburi. Segundo ele, qualquer órgão do governo que cobre por uma melhoria em locais públicos, faz bitributação, porque já se pagam os impostos normalmente.

Resaltou ele que não dá para entender a prefeitura querer cobrar dos moradores cujas residências estão em ruas sem pavimentação e não vai cobrar nada dos que foram beneficiados, inclusive, alguns recentemente. Quanto ao financiamento em até 24 meses pelo Banestes, para quem não quiser

pagar à vista, como propôs a Prefeitura de Vitória, José Possante de Almeida comentou que se trata de uma utopia, pois terão que pagar o custo do próprio financiamento.

Rosely de Oliveira Zamperline mora na rua Carlos Martins e disse que não acha justo, “mas, como no Brasil acontece dessas coisas”, ela se considera uma das mais prejudicadas: “A rua é uma imundície, os filhos não podem nem brincar na rua por causa da lama, sem falar nos problemas provocados pelos mosquitos que deixam as crianças todas marcadas. E ninguém consegue dormir à noite”.

Embora concordando que os moradores deveriam contribuir com os melhoramentos do bairro, Valdecir Malfacine Vargas, que possui uma casa de esquina na rua Carlos Martins, em Jardim Camburi, disse que os juros do financiamento deveriam ser pelos menos subsidiados.

Residente à rua professor Elídio Pimentel, em Jardim da Penha, Mauro Faria disse que, em princípio,

é totalmente contra a ideia da prefeitura de querer cobrar o calçamento das ruas através do Plano Comunitário de Melhoramentos. Em princípio, segundo ele, porque ainda não conhece o plano, mas enfatizou que cabe ao governo realizar esse tipo de serviço, já que os moradores pagam impostos.

Adriana Del Maestro, residente à rua Odete de Oliveira Lacour, em Jardim da Penha, também não acha justo pagar pelo que é de responsabilidade da prefeitura.

Lineu Gomes, também morador da rua Odete de Oliveira Lacour, afirmou que no prédio onde mora ninguém acha justa a cobrança para realizar o calçamento. “Afinal, para onde vai o dinheiro dos impostos que pagamos? E o retorno?”, perguntou.

Fernando Eugênio, que mora na rua Carlos Orlando, também em Jardim da Penha, reclamou porque existem algumas ruas no bairro pavimentadas, mas que só têm terrenos baldios. Uma inclusive, de cujo nome não lembrou, segundo ele, só foi calçada por causa de duas mansões: